

Federais

Docentes ampliam luta por mais orçamento e contra controle de trabalho. **6 e 7**

Eleições

Confira entrevista com as chapas que disputam a eleição do ANDES-SN. **8 a 12**

1º de maio

A história da luta internacional dos trabalhadores e o Maio de 1968. **14 e 15**

1º de Maio: Dia Internacional dos Trabalhadores



MAIO DE 2018: 50 DEPOIS DE MAIO DE 68

Os desafios para a classe trabalhadora e para a juventude

Há cinquenta anos, um grande movimento de estudantes e trabalhadores e trabalhadoras iniciado conjuntamente na França iria marcar a trajetória das lutas sociais e de liberação nacional dos povos colonizados na Europa e no mundo. Na França, a união de estudantes universitários, docentes e operários resultou em uma greve geral, com a participação de 9 milhões de pessoas, em favor de reformas educacionais. Categorias universitárias, unidas aos demais setores da sociedade, mobilizaram-se em torno de objetivos políticos, tais como democratização, defesa das liberdades individuais e coletivas e denúncia das guerras imperialistas e contra o decadente regime colonial na Ásia e na África. A revolta estudantil espalhou-se na Europa e particularmente na América Latina (lembramos e homenageamos a passeata dos cem mil aqui, no Brasil, no Rio de Janeiro), com um pano de fundo complexo e internacional, que dava exemplos heroicos de possíveis mudanças radicais. Com universidades invadidas pela polícia e uma brutal repressão nas ruas, os e as estudantes, junto ao operariado, protagonizaram uma resistência histórica com barricadas e diversas marchas pela cidade de Paris, em confrontos que duravam a noite toda até o amanhecer, com prisões de centenas de pessoas, além de um grande número de feridos.

Maior de 68 levou toda uma geração a se levantar contra uma realidade arcaica e opressora.

Uma contestação radical contra o caráter elitista da universidade que evidenciou o problema das opressões do regime capitalista: o patriarcado e o racismo. Tudo isso permeado por uma vontade de estabelecer uma nova relação entre a universidade e a classe trabalhadora, entre o saber e o poder, criando uma universidade verdadeiramente popular. Seus ecos ressoaram por todo o mundo e, cinquenta anos depois, no palco dessas grandes manifestações, os trabalhadores e trabalhadoras franceses, junto aos estudantes, vêm realizando grandes jornadas de mobilizações e greves pelo país, como forma de enfrentamento ao governo neoliberal de Emmanuel Macron. Várias categorias pararam no mês de março e abril contra as medidas que atacam os direitos sociais, principalmente em relação à aposentadoria. A redução das universidades também está na pauta de Macron.

No Brasil, os ataques aos direitos sociais continuam, com o cerco cada vez mais intenso às liberdades democráticas. A criminalização dos movimentos sociais, que culminou no recente assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, em conexão com a ocupação militar federal no Rio de Janeiro, atinge um novo patamar com a condenação do ex-presidente "Lula", escancarando o caráter seletivo da justiça burguesa. Nas universidades está em curso uma avalanche de ataques à autonomia do trabalho docente, com ações judiciais contra os professores e professoras que incluíram, em suas ementas, o termo "golpe

de 2016", ou mesmo com o cerceamento a temas de pesquisa que adotem uma perspectiva do conhecimento crítica e com o patrulhamento ideológico que se instaura nas instituições. Muitas dessas ações judiciais, depois de intensa manifestação pública do ANDES-SN, da mobilização da comunidade acadêmica e da atuação da assessoria jurídica do Sindicato Nacional, foram arquivadas.

Portanto, assim como em Maio de 68 (e em 1918 com a Reforma de Córdoba acontecida na América Latina), não nos faltam motivos para que, junto com os estudantes e o conjunto da classe trabalhadora, ocupemos as ruas e nos rebelamos contra os ataques desferidos aos direitos sociais, as contrarreformas, a justiça seletiva e a todas as formas de opressão que condenam e matam lutadores e lutadoras, pobres, negros e negras, LGBTQs, sem tetos e sem terras. Como em 68, nos rebelamos e bradamos contra as guerras promovidas pelos imperialistas, que assassinam povos que não têm como se defender da brutalidade incessante daqueles que só querem expropriar e explorar, com argumentos falaciosos e muitas vezes insanos. É hora de denunciar as manifestações xenófobas, de caráter ultradireitistas, que tratam migrantes e refugiados como perigosos marginais.

A 100 anos da reforma de Córdoba e 50 do Maio de 68, condenamos a construir um 1º de maio de lutas e ocupações das ruas! Por uma grande jornada de lutas em defesa dos direitos e da vida! Viva a unidade de estudantes e trabalhadores!!



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretores responsáveis: Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Redação: Bruna Yunes Drt-DF 9045, Mathias Rodrigues MTb 10126, Renata Maffezoli MTb 37322

Edição: Renata Maffezoli // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

Quem matou?
Quem mandou matar?

Marielle, presente!
Anderson, presente!



Estaduais realizam **Semana de Lutas** em Maio

Redução orçamentária, o não pagamento de salários e de bolsas, demissão de terceirizados e ataques aos direitos trabalhistas são alguns dos problemas enfrentados pelos docentes, técnico-administrativos e estudantes das instituições de ensino superior (IES) no país, que lutam para barrar os ataques dos governos federal, estaduais e municipais.

Nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), a comunidade acadêmica tem enfrentando os governos, e algumas reitorias, com resistência e luta, como é o caso dos docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Minas Gerais, que – até o fechamento desta edição do Informandes-, ocupam a reitoria da instituição, desde 10 de abril, em resposta à retaliação da reitoria, que cortou os salários dos servidores em greve. O movimento paredista teve início no dia 30 de janeiro desse ano, em consequência do descumprimento do acordo que encerrou, em 2016, uma greve de quatro meses dos docentes. A principal reivindicação é a reestruturação da carreira docente.

Já na Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), os professores paralisaram as atividades em sete campi da instituição no dia 16 de abril, em decorrência da retirada do auxílio alimentação, parcelamento de salários e atraso no pagamento, e em defesa da valorização da carreira, entre outros. Na última assembleia realizada, os docentes aprovaram o indicativo de greve.

Na Bahia, em protesto contra o maior arrocho salarial dos últimos 20 anos, docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) aprovaram indicativo de



greve e a realização de um ato público, no dia 25 de abril, em Salvador. Além da questão salarial, os professores denunciavam o constante desrespeito aos direitos trabalhistas, e o orçamento insuficiente para a manutenção das universidades. O governador Rui Costa (PT) há mais de cinco meses se nega a receber os docentes para tratar da pauta de reivindicações. As universidades estaduais da Bahia (Uneb), de Santa Cruz (Uesc), e do Sudoeste da Bahia (Uesb) aprovaram a paralisação das atividades acadêmicas no dia 25.

No Piauí, os docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) estão há quase cinco anos sem reajuste salarial e as perdas inflacionárias ultrapassam a margem dos 33%. No dia 23 de abril, os docentes realizam um dia de paralisação geral em defesa dos direitos, por reajuste salarial e recomposição das perdas, implementação imediata das promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho, atrasa-

das desde julho de 2017.

Na Paraíba, os docentes, estudantes e técnico-administrativos da Universidade Estadual da Paraíba (Uepb) iniciaram, em abril, um processo de mobilização em defesa da instituição e contra os cortes de verbas realizados pelo governador Ricardo Coutinho (PSB) na universidade. A mobilização da comunidade universitária foi uma das deliberações da reunião do Conselho Universitário da Uepb, que rechaçou a proposta inicial da reitoria de realizar cortes de despesas e de atividades. A redução do financiamento vem sendo aprofundada desde janeiro deste ano.

No Rio Grande do Norte, após quatro meses de greve dos docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), o movimento docente tem realizado atividades nos bairros para dialogar com a população o papel e a importância da universidade pública para a comunidade, e também nos campi

SEMANA DE LUTAS UNIFICADA

Para marcar a mobilização, de 21 a 25 de maio acontece a Semana de Lutas Unificada do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN, com o Dia Nacional de Paralisação, em 23 de maio, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público, e mais recursos públicos para as Iees/Imes, e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado, resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições. A data foi definida no 37º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em janeiro, em Salvador (BA). “Que tanto na

Semana de Lutas quanto no Dia Nacional de Paralisação sejam realizadas atividades, a partir da sua realidade local, que ocupem e movimentem as universidades, com debates, panfletagens, atividades culturais, para que no dia 23 façamos um ato em defesa das universidades. E, ainda, que nessa semana, através do Setor das Iees/Imes, façamos com que as experiências das estaduais circulem para todos terem conhecimento das realidades de outros lugares e fortalecer as lutas e a pauta nacional”, disse Caroline Lima.

para dialogar com a categoria acerca das conquistas e possibilidades após o fim da greve na universidade, além de debater e ouvir sugestões sobre a atuação sindical e aproximar a base das decisões da direção. A greve conquistou avanços como a regularização do auxílio saúde, a manutenção dos aposentados na folha de pagamento da Uern, e a construção da unidade de luta com os demais servidores públicos estaduais contra o pacote de maldades do governador Robson Faria (PSD).

Já no estado do Pará, os docentes da Universidade do Estado do Pará (Uepa) - em unidade com os servidores públicos estaduais -, participaram no dia 10 de abril de ato público em frente à Secretaria de Administração do Estado para cobrar reposição das perdas inflacionárias, de 30%, plano de cargos e salários, melhores condições de trabalho, mais investimento em ensino, pesquisa e extensão, e mais segurança na universidade.

Em São Paulo, as três universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp -, protocolaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018 junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (Cruesp), uma vez que a data-base da categoria é 1º de maio, solicitando uma reunião nos dias 16 e 18 de abril, o que não ocorreu. De 2 a 4 de maio, as categorias realizam nova rodada de assembleias para avaliar uma possível resposta do Cruesp. Segundo o Fórum das Seis - que reúne as entidades sindicais dos docentes e técnico-administrativos -, se a resposta for considerada insuficiente, as assembleias deverão debater a reação dos servidores, levando em conta a realização de uma greve.

No Rio de Janeiro, após meses de greve e mobilização em 2017 contra os atrasos salariais e o sucateamento das universidades estaduais do Rio (Uerj), Zona Oeste (Uezo), Norte Fluminense (Uenf), e da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), os docentes seguem mobilizados, mais uma vez, para o cumprimento Emenda Constitucional (EC) 71, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), em dezembro do ano passado. A Emenda obriga o poder público a destinar anualmente as universidades estaduais, a dotação definida de acordo com a Lei Orçamentária Estadual, que lhes será transferida em duodécimos, mensalmente. Os efeitos seriam aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018, o que não procedeu. Também no Paraná, os ataques do governo de Beto Richa (PSDB) as universidades paranaenses

seguem anualmente, com a defasagem salarial, total desrespeito a leis e acordos pós-greves, o não cumprimento de leis que definem o número de servidores e professores para as universidades, corte nas verbas de custeio, descaso com as condições de permanência estudantil e a retirada de autonomia financeira das universidades, com o Meta4.

“A situação hoje das estaduais é de arrocho salarial, e isso é nacionalmente, de acordos não cumpridos pelos governos estaduais, direitos trabalhistas que não estão sendo garantidos, mas isso não significa dizer que não há resistência. A greve na Unimontes é um exemplo disso. Vai ser pautada a greve na UEMG. As estaduais

da Bahia estão com indicativo de greve aprovado e participam do ato público em Salvador para lutar contra os ataques à universidade e todos os direitos trabalhistas e denunciando o maior arrocho salarial nos últimos 20 anos, nas universidades estaduais”, explica Caroline Lima, 1ª vice-presidente da Regional Nordeste III e da coordenação do Setor das Iles/Imes do ANDES-SN, que participou da última reunião do Setor em Brasília.

A docente ressaltou a necessidade de mobilizar a categoria e a importância da participação de todos os docentes na Semana de Lutas Unificada do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iles/Imes) do ANDES-SN. (Ver box)

EDUCAÇÃO BÁSICA

Os ataques e as contrarreformas de Estado vêm afetando em cheio os professores da Educação Básica. No Rio Grande do Norte, os professores da rede estadual de ensino, após 29 dias de greve, conquistaram a garantia por parte do governo estadual do pagamento da correção de 6,81% do piso salarial. Além da correção do piso, os professores também reivindicam melhorias nas condições de trabalho e o pagamento de direitos que, segundo eles, vêm sendo negados.

Após 17 dias de greve dos trabalhadores e trabalhadoras em educação básica do Piauí, a categoria decidiu, em assembleia, no dia 12 de abril, suspender o movimento grevista. A decisão ocorreu após audiência de conciliação no Tribunal de Justiça, entre representantes do governo do estado e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública (Sinte-PI). A proposta apresentada, de reajuste de 6,81% para todos os trabalhadores em educação, ativos e aposentados, e funcionários, foi considerada positiva pela categoria.

Em Minas, os professores da rede estadual decidiram encerrar a greve, que já durava 42 dias, no dia 18 de abril. A categoria reivindica o cumprimento do acordo salarial estipulado pelo governador Pimentel em 2015, que previa três atualizações nos salários (2016, 2017 e 2018), além do pagamento de abonos. Um

dia antes ao término da greve, foi protocolada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma proposta que elimina a necessidade de um projeto de lei específico anualmente e assegura que o vencimento inicial das carreiras de professor de educação básica, especialista em educação básica e analista educacional na função de inspetor não será inferior ao piso nacional.

Em Rondônia, os trabalhadores estaduais em Educação saíram vitoriosos de uma greve que durou 45 dias ao conquistarem implantação do Piso do Magistério no vencimento com progressão. Todos os professores terão reposição salarial média de 10,06%, e reposição de 15,07% no salário dos técnicos de nível 1 e 2. As conquistas beneficiaram, ainda, os professores e técnicos aposentados, os que estão afastados por laudo médico e os readaptados.

Em São Paulo, a greve dos professores da rede municipal paulista, iniciada no dia 8 de março, atingiu 93% das escolas administradas pela própria prefeitura. A categoria protestava contra a proposta, do prefeito João Doria (PSDB), de reforma da Previdência de servidores municipais, semelhante à implementada em muitos estados do país e que previa a criação de uma previdência complementar e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, confiscando os seus salários.

Docentes federais ampliam luta por mais orçamento e contra controle autoritário de trabalho

Não é de hoje que os docentes lutam por mais orçamento nas instituições federais de ensino superior (IFE) no país. Os recursos destinados para pessoal, capital (obras e reestruturação de prédios) e custeio (como gastos com luz, água, manutenção e serviços e trabalhadores terceirizados) nas instituições não têm acompanhado o crescimento das universidades federais, que passaram por um período de expansão acelerado, entre 2006 e 2014, em função do programa Reuni, o que acarretou em mais do que a duplicação do número de estudantes matriculados na graduação.

Nos anos de 2014 e 2015 foram destinados às IFE R\$ 34,65 bilhões e R\$ 38,8 bi, respectivamente. Já em 2016, o orçamento total destinado foi de R\$ 40,3 bilhões, e em 2017, R\$ 44,6 bi. Para este ano, de acordo com o levantamento feito pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad), o montante previsto é de R\$ 45,1 bilhões, o que representou um aumento de apenas 1,01%, índice abaixo da inflação. A maior queda no orçamento em 2018, comparado com o ano anterior, é vista na rubrica capital, formado por

fontes do Tesouro e os recursos próprios das universidades, totalizando R\$ 1,5 bilhão. Desse montante, R\$ 1,3 bilhão é constituído por fontes do Tesouro, que apresentaram uma redução, este ano, de 94,21%, caindo para R\$ 79,9 milhões.

Se em 2017, as instituições federais passaram por um sufoco para manter serviços básicos, como pagamento em dia de contas de água e luz, em razão do baixo orçamento, para este ano, a situação não será diferente. Um exemplo é o que está ocorrendo na Universidade de Brasília (UnB), que vive uma situação crítica, com a reitoria anunciando, recentemente, dificuldade em manter o funcionamento da instituição no próximo semestre. O déficit orçamentário da UnB chega a R\$ 93 milhões e, segundo a instituição, seria necessária uma suplementação orçamentária na ordem de R\$ 18 milhões para o funcionamento da universidade até o final do semestre. A reitoria argumenta não poder utilizar recursos próprios e oriundos de emendas parlamentares, em decorrência da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela os gastos públicos pelos próximos anos.

Para piorar o cenário, em dezembro do ano passado, o orçamento anunciado para as Federais para este ano veio com

uma mudança: apenas metade do dinheiro destinado ao capital - investimentos nas universidades - estará diretamente disponível para uso. O restante será controlado pelo Ministério da Educação, que decidirá caso a caso para onde direcionar os recursos.

Renata Rena, 1ª vice-presidente da Regional Leste e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN, explica que diante dos relatos ouvidos na última reunião do Setor das Ifes, realizada na UnB, em abril, se fez necessário apurar dados referentes à situação orçamentária das universidades e institutos, para subsidiar a luta da categoria.

Com isso, a coordenação do Setor das Ifes irá solicitar às seções sindicais o envio de um levantamento sobre as condições orçamentárias nas instituições federais de ensino, com base na previsão de verba de custeio e capital para 2018, nos cortes de bolsas de acesso e permanência estudantil, bem como o aumento de tarifas de Restaurantes Universitários, e o corte no pagamento de salário e demissões de trabalhadores terceirizados. Além disso, as seções sindicais irão apurar a existência de verbas orçamentárias oriundas de emendas parlamentares. “Apesar de todo

FOTOS: CASABRINA



Comunidade acadêmica da UnB realizou manifestação em frente ao MEC contra cortes no orçamento



o cenário que já visualizamos no dia a dia da universidade, o qual foi radicalmente transformado pelos cortes, precisamos de uma materialidade à situação, pois qualificando o debate com dados, criamos uma estratégia de luta mais efetiva para fazer o enfrentamento necessário”, afirmou Renata Rena.

Controle do trabalho docente

Além dos cortes orçamentários, que vem preocupando os docentes, outro tema relevante para a categoria - tanto das instituições federais de ensino, quanto de instituições estaduais -, é o controle do trabalho docente através de instrumentos, como formulários eletrônicos, impostos aos professores, cujo objetivo é o mesmo, vigiar a produção e o trabalho docente. Um dos exemplos é Plano

Individual de Trabalho (PIT) – formulários eletrônicos que de certa forma monitoram o trabalho docente.

Na reunião do Setor, os docentes relataram falta de tempo livre, evidenciado no processo de adoecimento dos professores, e o acirramento da disputa de poder nas instituições, em decorrência do modelo atual de gestão e de trabalho, que está sendo imposto à categoria.

Ainda no encontro realizado na UnB, foram debatidos os desafios da organização sindical e a precarização em contextos de multicampia. De acordo com Renata Rena, da coordenação do Setor das Ifes, o Sindicato Nacional já tem bastante acúmulo sobre a temática e aprofundou o debate frente os novos desafios.

Calendário de Lutas

A reunião do Setor das Ifes apontou um calendário de mobilizações que prevê rodadas de assembleias nas universidades até dia 27 de abril para debater propostas de cronograma para mobilização pela revogação da EC 95, da reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações; a construção unitária de atos no dia 1º de Maio classista, em conjunto com a CSP-Conlutas, entidades do campo da educação, dos servidores federais e movimentos sociais. A próxima reunião do Setor das Ifes ficou agendada para os dias 26 e 27 de maio.

Ocupação da UnB

No dia 12 de abril, estudantes da UnB ocuparam a reitoria da Instituição. Entre outras pautas, reivindicam a suspensão das demissões dos trabalhadores terceirizados e dos desligamentos dos estudantes estagiários, além de abertura das contas da universidade para uma auditoria interna e debate transparente sobre a situação financeira da instituição. Até o fechamento dessa edição (23/4), a ocupação resista. Técnicos e estudantes estavam com assembleias marcadas para discutir a greve na UnB.

Orçamento	2017	2018	Relação 2017/2018
Pessoal	R\$ 35,6 bi	R\$ 37,4 bi	5,02%
Custeio	R\$ 7,54 bi	R\$ 7,50 bi	-0,44%
Investimentos (Capital)	R\$ 1,5 bi	R\$ 208,6 milhões	-86,232%
TOTAL	R\$ 44,6 bi	R\$ 45,1 bi	1,01%

* Números apresentados pelo Forplad/Andifes em setembro de 2017.

Entrevista: Chapa 1

O InformANDES encaminhou as mesmas perguntas para as chapas que disputam eleições para o biênio 2018/20 do Sindicato Nacional. Confira as respostas da Chapa 1:

Quais os principais desafios a chapa avalia que se colocarão para a classe trabalhadora e para os docentes, em específico, no próximo período?

CHAPA 1: Contribuir para a construção da unidade entre os/as trabalhadores/as da cidade e do campo, a partir da articulação com os movimentos sociais e populares, buscando superar o apassivamento da classe trabalhadora, promovido pelas grandes centrais sindicais como estratégia de governabilidade para os governos de pacto social. Reverter as contrarreformas aprovadas neste último governo e nos anteriores que retiram direitos e privatizam empresas e serviços públicos. Defender e ampliar os direitos democráticos e combater a criminalização das lutas sociais, buscando o fim da lei de segurança nacional e da lei antiterrorista (13260/2016). Lutar contra todas as formas de opressão, pela legalização do aborto, contra o feminicídio, o machismo, o sexismo, a lgbtfofia, o capacitismo, e a xenofobia.

Para a educação e especificamente para as universidades públicas, temos que lutar pela ampliação do financiamento público para as Instituições de Ensino Superior Públicas e pelo fim do repasse às entidades privadas. Retomada das lutas pela educação pública materializadas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, atualizando para os dias de hoje num projeto democrático e classista de educação. Eleição direta para reitor nas IES/CEFET/IFE com fim da lista tríplice, sendo o processo eleitoral encerrado no interior da própria instituição, reafirmando a autonomia universitária. Destacando a defesa a liberdade acadêmica, contra toda legislação que tenta amordçar os/as professores/as. Recomposição e aumento do orçamento das IES/CEFET/IFE, incluindo o orçamento para ciência e tecnologia pública. Luta pela aprovação da lei de carreira docente federal única, defesa da carreira e valorização salarial nas IES estaduais e municipais. Expansão da educação pública universitária, com políticas afirmativas e de assistência estudantil para garantir o ingresso e permanência. Defesa de pedagogias ativas que aumentem o patrimônio cultural dos estudantes e o preparo para a vida social, com um viés crítico. Com esse conjunto de medidas, lutar e reafirmar

na defesa da educação pública, gratuita, laica e estatal.

Qual a proposta da chapa com relação ao PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, o PNE aprovado pelo Congresso em 2014 e a construção que o ANDES-SN vem fazendo do III Encontro Nacional da Educação: Projeto democrático e classista de educação?

CHAPA 1: O PNE-SB foi uma construção coletiva feita a partir do I Congresso Nacional de Educação (CONED), ocorrido em 1996, concluído em 1997 no II CONED. Alguns princípios são fundamentais no PNE-SB: o currículo, como construção de todos/as, baseado na realidade da sociedade; a avaliação enquanto um processo contínuo que perpassa todos os momentos do ensino, sem ser punitiva; a gestão democrática; o financiamento da educação pública feito pelo Estado. O PNE aprovado em 2001, no governo FHC, ignorou esses princípios e inviabilizou avanços significativos para a educação pública. FHC vetou pontos centrais relacionados ao financiamento do Plano e o governo Lula nada fez para revisão dos vetos, ainda que esse fosse um de seus compromissos nas eleições de 2002.

O atual PNE (2014-2024) fere os princípios definidos pelo PNE-SB. Isso ocorre quando permite a instituição de uma base curricular centralizada (que originou a BNCC), a avaliação externa e meritocrática, a gestão das escolas por indicação, o financiamento que destina o fundo público também para o setor privado. É uma legislação que retira da educação o seu caráter de direito social, garantido constitucionalmente, ao privatizar o espaço da educação pública por meio das Parcerias Públicas Privadas (PPP) e com perspectivas limitadas às taxas de escolarização, rompendo com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e intensificando a precarização do ensino. O PNE legitima o desvio de recursos públicos para financiar empresas privadas. Em síntese, muda-se a própria concepção de educação pública, pois permite que os recursos públicos destinados ao setor privado (sob a forma de bolsas ou empréstimos estudantis, por exemplo) sejam contabilizados como gastos estatais com a educação

pública – medida essa que agradou o setor empresarial. Além de eliminar o debate de gênero, tendo repercussões perversas nos planos municipais e estaduais de educação.

A Conadep surge como um espaço amplo, democrático, plural para dar continuidade ao debate do PNE-SB e a necessidade de construção de um projeto de educação classista de educação, como alternativa ao projeto de educação hegemônico pelos governos federais desde FHC, passando por Lula e Dilma e que se expressam na PNE a partir das diretrizes dos organismos internacionais. Nesse sentido, avaliamos como fundamental dar continuidade a organização do III ENE - Projeto democrático e classista de educação. Ao mesmo tempo, não deixaremos de debater, dialogar e articular, se for o caso, com outros setores que venham também a acumular com a perspectiva da educação pública, a exemplo do que já fazemos na Frente em defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas e a Frente Nacional Escola sem Mordaça.

Qual a proposta da Chapa sobre salário, carreira docente, regime de trabalho preferencial, e condições de trabalho docente, para os setores das federais e das estaduais/municipais? Qual a avaliação da proposta de Plano de Carreira único para Professor Federal/Estadual/Municipal do ANDES-SN?

CHAPA 1: Participamos na construção da proposta de carreira única de professor federal elaborada ao longo de múltiplos encontros e assembleias de base da categoria docente, aprovada no 30º Congresso, no ano de 2011. É uma proposta de carreira organizada em 13 níveis, que tem como ponto de partida para um professor graduado, em regime de 20 horas, um valor equivalente ao salário mínimo do DIEESE, com steps constantes de 5% entre os interstícios (com progressão a cada dois anos, através de avaliação entre pares no departamento a partir do plano de trabalho). A partir desse patamar, são acrescidos percentuais de 100% para o regime de 40 horas semanais e de 210% para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva. Também incidem percentuais relativos à titulação: de

75% para Doutor ou Livre-Docente; de 37,5% para Mestre; de 18% para Especialização; e de 7,5% para Aperfeiçoamento. O projeto de carreira estabelece a isonomia por meio de remuneração única, eliminando todas as gratificações. Assim mesmo, restabelece a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja enquadrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria. Estabelece a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e o regime preferencial da DE nas IES. Restabelece o direito à licença sabática. São unificadas as carreiras do magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT).

Recentemente, em 2015, com o acordo assinado pelo Proifes, que desconsiderou a maior parte da nossa categoria, tivemos um grande retrocesso na carreira. Em 2019 teremos o adicional de titulação associado ao regime de trabalho (doutor 20 horas, doutor DE) e a relação entre os regimes de trabalho definidas a $T40 = 1,4 \times T20$ (um T28) e $DE = 2 \times T40$ (fim do DE), em relação ao que historicamente conquistamos ($T40 = 2 \times T20$ e $DE = 3,1 \times T20$). Estas imposições produzem ataques à Dedicção Exclusiva, e modificações no Regime Jurídico Único, a quebra da paridade entre ativos e aposentados e o distanciamento das carreiras entre os graus de ensino.

Defendemos a continuidade da luta pela carreira única do docente federal, adaptada às particularidades do setor das estaduais e municipais, como um componente fundamental do projeto de universidade pública.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a relação da diretoria nacional e das seções sindicais do ANDES-SN com a base do movimento docente?

CHAPA 1: Somos absolutamente favoráveis às formas presenciais de organização e luta

do movimento docente. Reconhecemos as dificuldades que a intensificação do trabalho docente, imposta pela lógica do empresariamento e mercantilização, colocam para a participação presencial dos/as professores/as nas assembleias, grupos de trabalho, congressos. Por esta razão, e como forma de enfrentamento desta realidade e para ampliar o enraizamento das seções sindicais, deveremos incentivar a criação e/ou fortalecimento dos grupos de trabalho nas seções, sistematizar o acúmulo já produzido pelo ANDES-SN no que se refere à organização com a multicampia, incentivando a adaptação dos regimentos das seções sindicais como forma de ampliar a democracia e a participação, incluindo a utilização das novas tecnologias como videoconferência.

Entendemos que o sindicato, atento à dinâmica social contemporânea, além do funcionamento habitual das suas instâncias, precisa continuar a abrir espaços de formação política e sindical e também de expressão cultural contra-hegemônica que apontem para enfrentar a barbárie da nossa sociabilidade.

Nos empenharemos na realização da campanha de sindicalização, via seções sindicais, como forma de fortalecer o sindicato nacional e ampliar nossa base. É necessário que nos desafieemos e sejamos capazes de construir formas de atingir o/a professor/a que não é sindicalizado, para tal, buscaremos aperfeiçoar e ampliar os meios de comunicação.

Também nos empenharemos na construção de alternativas para a participação de representantes de todas as seções sindicais nos espaços nacionais do ANDES-SN, buscando formas de rateio, criação de fundo específico e solidariedade entre seções sindicais.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e nas lutas da classe trabalhadora?

CHAPA 1: Consideramos que o ANDES-SN pode e deve dar uma contribuição ainda maior

no processo de reorganização das lutas dos/as trabalhadores/as. A nossa participação na construção da CSP-CONLUTAS precisa ser mais qualificada e intensificada especialmente no que diz respeito à participação das seções sindicais nas coordenações regionais e estaduais em defesa dos princípios, políticas e planos de luta deliberados nas instâncias do nosso sindicato. A mesmo tempo construir na central uma maior flexibilidade tática, e que de fato, para que de fato seja dirigida e pautada pela concepção de frente unitária de lutas, integrada por entidades sociais e populares. Para tal é necessário aprofundar os mecanismos de democracia interna e de ampliação da unidade com aqueles que não se vinculam à central, mas compartilham conosco das lutas contra as reformas neoliberais, tais como o MTST, as Intersindicais e o movimento estudantil.

Avaliamos ser fundamental a organização do Encontro Nacional da Classe trabalhadora, com o objetivo de debater o processo de reorganização da classe trabalhadora, avançando para um patamar superior de unidade e formulação programática, conforme deliberado por nosso Congresso Nacional.

Além da reorganização geral do movimento, entendemos que devemos fortalecer o processo específico de reorganização das lutas do funcionalismo público no FONASEFE e na reconstrução da Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais) para que seja um efetivo instrumento de luta pelos interesses dos servidores públicos e pela defesa do serviço público para a população, assim como fortalecer a construção dos Fóruns estaduais em defesa da educação e do serviço público, reunindo servidores das três esferas, movimentos sociais e estudantil. Também entendemos que devemos aprofundar a articulação política com as entidades do setor da educação: Fasubra, Sinasefe, entidades de trabalhadores terceirizados e movimento estudantil na construção do projeto de educação e universidade democrático e classista.



Entrevista: Chapa 2

O InformANDES encaminhou as mesmas perguntas para as chapas que disputam eleições para o biênio 2018/20 do Sindicato Nacional. Confira as respostas da Chapa 2:

Quais os principais desafios a Chapa 2 avalia que se colocarão para a classe trabalhadora e para os docentes, em específico, no próximo período?

CHAPA 2: Os principais desafios que se impõem são a defesa da democracia, a derrota do golpe e do governo golpista. A Diretoria do ANDES-SN, agora representada pela chapa situacionista, se negou a empunhar esta bandeira no momento em que a conjuntura exigia. Os tentáculos do golpe se ampliam, exigindo que nos posicionemos firmemente na defesa da liberdade de Lula (prisioneiro político) e no clamor por justiça contra a execução de Marielle e de Anderson, os quais simbolizam a última ofensiva do golpe de 2016, que avança na retirada de direitos fundamentais dos trabalhadores, com a PEC do teto dos gastos, a Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino Médio, ataca as instituições públicas de Educação e de desenvolvimento da Ciência & Tecnologia, e que acirra a violência contra os/as trabalhadores/as do campo e da cidade, contra os/as negros/as, contra as mulheres, e contra os LGBTQIA+. Será difícil barrar a ofensiva sobre a universidade pública (recomendações do Banco Mundial do final de 2017) sem derrotar o golpe. Neste sentido, a Chapa 2 emitiu uma Carta Aberta aos docentes propondo a construção de comitês em defesa da democracia e da liberdade de Lula.

Em específico para os docentes, os desafios impõem a defesa da Universidade pública, Institutos Federais e Colégios de Aplicação, a discussão dos desafios da carreira, que hoje se vê multifacetada e diversificada, o produtivismo, a saúde da categoria: o adoecimento docente (e também dos Técnicos Administrativos e da juventude) dentro das IEs tem se aprofundado com aumento de casos de stress, depressão e autoextermínio, preocupações que devem estar na linha de frente do sindicato. Esses desafios impõem à categoria um esforço na conciliação de tantas atividades e na construção da luta em várias frentes: na sala de aula, nas ruas, nos diversos fóruns e movimentos sindicais, sociais e populares.

Qual a proposta da Chapa 2 com relação ao PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, o PNE aprovado pelo Congresso em 2014 e a construção que o ANDES-SN vem fazendo do III Encontro Nacional da Educação: Projeto democrático e classista de educação?

CHAPA 2: Nossa posição é de defender o PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, construído por intermediação do Fórum Nacional da Educação Pública, constituído em 1987, e que teve a participação de educadores, movimentos sindicais, sociais, e estudantil que defendem intransigentemente a educação pública e gratuita de qualidade. O PNE aprovado em 2014, Lei 13.005/14, ao contrário, apresenta uma concepção privatista e de formação de pessoas para o mercado de Trabalho, em síntese.

Dito isso, defendemos que o ANDES-SN dispute, nos diversos fóruns e comissões, esse projeto de educação e que possibilite a retomada da discussão dos 10% e do PIB destinado à educação pública e gratuita. Mas esse projeto tem que ser disputado sem sectarismos. Portanto, apesar dos inúmeros pontos de divergência entre os dois projetos, devemos lutar contra os ataques ao PNE feitos pelo governo golpista de Temer e não concordamos com a posição de indiferença da atual direção do ANDES-SN e da Chapa 1. Defendemos que o ANDES-SN fortaleça a ação unitária com a maioria das organizações dos trabalhadores em educação do Brasil, que hoje convocam a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). O isolamento do ANDES-SN não ajuda o movimento em defesa da educação pública brasileira, o ANDES-SN precisa intervir ombro a ombro com as organizações da maioria dos trabalhadores em educação do país (CNTE, CONTEE, associações científicas, movimentos sociais), construindo um movimento forte e unitário. Assim, para nós só faz sentido o III ENE, se ele tiver o objetivo do fortalecer o movimento de unidade em defesa da educação pública, que está sofrendo violentos ataques em

virtude da Reforma do Ensino Médio, da promulgação da BNCC, do ataque a autonomia universitária, do ataque ao PIBID e do PAFOR, do congelamento e redução drástica do orçamento para educação, e da ofensiva conservadora da Escola Sem Partido.

Qual a proposta da Chapa 2 sobre salário, carreira docente, regime de trabalho preferencial, e condições de trabalho docente, para os setores das federais e das estaduais/municipais? Qual a avaliação da proposta de Plano de Carreira único para Professor Federal/Estadual/Municipal do ANDES-SN?

CHAPA 2: Defender os salários e a carreira para nós é central! A campanha salarial precisa estar na centralidade da luta do ANDES-SN, o que infelizmente não aconteceu nos últimos anos por conta da política adotada pela atual diretoria que secundariza esta pauta. Urge fortalecer a luta pela data base unificada com os demais servidores públicos, e construir fortes campanhas salariais que se orientem com índices objetivos que garantam um reajuste real, que promova uma retomada do poder aquisitivo da categoria perdido nos últimos anos. Defendemos o acúmulo histórico do ANDES-SN no que se refere à carreira docente, a defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencial e por condições adequadas de trabalho. Reconhecemos que o Plano de Carreira único deve ser um horizonte a ser construído e conquistado nas diferentes esferas, mas o mesmo não pode ser um obstáculo para as negociações, na linha do tudo ou nada, como tem sido feito, é preciso construir estratégias para conquistas progressivas que aproximem os planos atuais da proposta de carreira única do ANDES-SN. As condições objetivas das instituições e da carreira docente impõem que atentemos para as diferenças e necessidades urgentes dos diversos segmentos da categoria. As estaduais hoje sofrem fortes ataques e desmonte por parte dos governos estaduais. O mesmo pode-se

dizer sobre a categoria do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, que apresenta especificidades no tocante a maiores dificuldades de capacitação e ofensiva dos projetos Escola sem Partido, só para exemplificar. Como já afirmamos, a defesa da carreira única não pode negligenciar a discussão das condições objetivas da carreira hoje e que necessitam de especial atenção por parte do ANDES-SN. O que vemos, particularmente nos congressos, é secundarizar, quando não desqualificar, essas pautas específicas, sobre o mote da defesa da carreira única. Por fim, nós da Chapa 2 – Renova Andes acreditamos no caminho da construção coletiva da pauta docente. Precisamos, acima de tudo, voltar à base e escutar os professores que vivem as realidades específicas, pois são capazes de fornecer os caminhos para a luta que, certamente, não vem com receitas prontas.

Quais as propostas da Chapa 2 para ampliar a relação da diretoria nacional e das seções sindicais do ANDES-SN com a base do movimento docente?

CHAPA 2: Este é o grande desafio que nossa chapa coloca, como reagrupar todos/as docentes do país no ANDES-SN novamente? Preocupa-nos a fragmentação da categoria, preocupa-nos ver seções sindicais discutirem a desfiliação do ANDES-SN, preocupa-nos o distanciamento da direção do ANDES-SN da base da categoria. Não podemos mais fazer eventos adequados apenas aos “iniciados”, com plenárias que varam a madrugada, em situações de quórum duvidoso, para as quais são empurradas as principais questões de um congresso sindical, o salário e a carreira. Em suma, é necessário em primeiro lugar assumir que o esvaziamento do sindicato e o grave afastamento da base não são produto da natureza, mas um problema

que tem uma história que precisa ser examinada para se superar. É preciso uma nova política que não afaste a base da vida sindical. Urge construir canais que aproximem os/as docentes das suas organizações, pois identificamos que o caminho é a construção democrática da luta pelas reivindicações com a categoria e não para a categoria. Isto exigirá um acompanhamento mais próximo da direção nacional do ANDES-SN, por exemplo, das lutas e greves das seções estaduais e municipais, onde a direção componha efetivamente os comandos estaduais e municipais das greves, como é feito nas federais. É preciso construir condições objetivas para a real participação das pequenas seções, que não dispõem de recursos financeiros para participar dos espaços decisórios do sindicato. Estas ações serão o impulsionador de uma grande campanha de filiação que retome o ANDES-SN como o sindicato de todos e todas. Defendemos uma maior presença e participação das Regionais nas instituições de Ensino, através de visitação dos Campi e discussão com a base, via seções sindicais, das questões objetivas da carreira e do cotidiano dos docentes. Promover uma nova política de comunicação, reclamação recorrente da categoria. A comunicação do sindicato se faz muitas vezes através de informes enormes que utilizam de vocabulário destinado a grupos de militantes apenas. Defendemos ainda uma ampla campanha nacional de valorização da categoria docente que combata as representações negativas da profissão.

Por fim, queremos resgatar a vida cultural do Sindicato valorizando as manifestações locais e promovendo atividades lúdicas e artísticas, o que consideramos extremamente importante para o lazer, a integração e o enaltecimento da cultura imaterial do povo brasileiro. Fazer sorrir e trazer pautas positivas também é função

do sindicato.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e nas lutas da classe trabalhadora?

CHAPA 2: É urgente uma disposição real de construir unidade! Não conseguiremos êxitos enquanto servidores públicos e classe trabalhadora se não agirmos de forma unitária em defesa das reivindicações. Com uma plataforma comum e objetivos explícitos necessitamos fazer uma grande frente em defesa das reivindicações, o que hoje passa sem nenhuma dúvida por um forte movimento contra o golpe e em defesa da democracia. Sem abrimos mão de nossas bandeiras, é preciso que o ANDES-SN se engaje concretamente na luta contra o golpe, nenhuma conquista virá enquanto o golpe permanecer. O sectarismo e o isolacionismo do ANDES-SN no último período, muito por influência da sua adesão à política da CSP-Conlutas, precisam ser superados urgentemente. Assim, mais uma vez apontamos que o lugar do ANDES-SN é com o conjunto da maioria das organizações da classe trabalhadora brasileira, lutar contra o golpe não pode ser apenas uma ação retórica, mas sim uma ação concreta, o que hoje na nossa opinião passa entre outras ações pela construção de Comitês Populares em Defesa da Democracia e da Liberdade de Lula nas universidades, colégios, e institutos educacionais que são representados pelo ANDES-SN, o que não deve se contrapor às demais ações unitárias ao lado das organizações representativas e majoritárias do movimento sindical, popular e da juventude contra as contrarreformas do governo golpista.

–“É difícil defender/ Só com palavras, a vida,/ Ainda mais quando ela é/ Esta que vê, Severina” (João Cabral de Melo Neto).

Renova ANDES

Eleição 09 e 10 de maio

2

Após 48 anos, **Teatro do Oprimido** segue como importante ferramenta de transformação social e política

“Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!”.

A frase citada acima é de Augusto Boal, diretor de teatro, dramaturgo, ensaísta e criador do Teatro do Oprimido (TO), metodologia internacionalmente conhecida, que democratiza o acesso à prática teatral e faz com que, por meio desta linguagem, a população discuta as possibilidades de transformação social e política.

O TO foi criado na década de 1970, no Brasil, após o acirramento da censura em 1968, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), imposto pela ditadura empresarial-militar. O decreto impossibilitava que o teatro de oposição continuasse a denunciar a repressão do regime militar. Assim, Boal desenvolveu diferentes métodos para encenações, como o Teatro Jornal, Teatro Invisível, Teatro Linguagem e Teatro Fórum, que dialogavam com a população, refletiam os problemas sociais e driblavam a censura.

“O Teatro do Oprimido foi criado numa

época de ditadura no Brasil como resposta a situação política do país. Uma das técnicas, o Teatro Jornal, inventada pelo meu pai, se baseava em pegar matérias publicadas em jornais da época, que haviam sido aprovadas pela censura, e usá-las em construção de cenas. Por exemplo, quando falavam que a economia ia bem e, conseqüentemente, o país crescia, o grupo selecionava outras matérias que falavam da fome no Nordeste. Então, ao cruzar as matérias, era feita a crítica de que a economia poderia ir bem, mas não para todo mundo. Isso em 1971, no ápice da repressão”, explicou Julian Boal, filho do dramaturgo, ator e facilitador do Teatro do Oprimido.

A técnica se alastrou em diversas regiões do Brasil e também em países da América Latina, com a formação de, ao menos, 70 grupos de Teatro Jornal. Pouco depois, com o endurecimento da repressão, Augusto Boal foi preso, torturado e mandado para o exílio. Na Argentina, criou o Teatro Invisível, uma forma de fazer manifestação política em ambientes

públicos, como em praças, ônibus, metrô, entre outros, sem que os atores e atrizes fossem presos. No Chile, Boal trabalhou com indígenas e, diante da dificuldade para se comunicar no idioma, surgiu à ideia de utilizar a linguagem corporal, técnica que foi chamada de Teatro Imagem. “As técnicas e processos, à época das ditaduras na América Latina, tentavam dialogar com temas que eram de interesse da população de tal forma que pudesse gerar algo de organização popular contra as ditaduras. A forma que ficou mais conhecida foi o Teatro Fórum”, contou Julian.

A técnica do Teatro Fórum foi concebida no Peru, quando Boal foi convidado pelo governo de Velasco Alvarado para contribuir com a reforma educacional no país. Em 1978, Boal foi para a França e o acúmulo das experiências levou-o a materialização da técnica teatral de terapia Arco-Íris do Desejo. Em 1992, já no Brasil, foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro e aproveitou a experiência para mais uma de suas criações: o Teatro Legislativo.

Para Julian, que deu sequência ao tra-



Apresentação do grupo de teatro da UnB durante manifestação em frente ao MEC

balho de seu pai Augusto Boal, o Teatro do Oprimido tem a finalidade política da conscientização, onde o teatro torna-se o veículo para a organização e debate dos problemas, além de possibilitar, com suas técnicas, a formação de sujeitos sociais que possam fazer-se veículo multiplicador da defesa por direitos e cidadania da sua comunidade. “A ideia geral do Teatro Oprimido é, a partir da cultura, encontrar práticas organizativas que levem a crítica do sistema existente e, ao mesmo

tempo, fortalecer o protagonismo popular”, afirma Julian Boal, que exemplifica ao citar a apropriação do Teatro Fórum pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como processo de formação de militantes.

Legado

No Brasil, em parceria com diversas organizações, ações católicas como a Pastoral Carcerária e as Comunidades Eclesiais de Base, e movimentos sociais,

como o MST, as técnicas de Boal ganharam maior projeção, sendo suas obras traduzidas em mais de 20 idiomas, e aplicadas por grupos formados por populações oprimidas nas mais diversas comunidades. Em mais de 80 países, no dia 16 de março, é celebrado o Dia Mundial do Teatro do Oprimido, em homenagem a data de nascimento de Augusto Boal.

Na Universidade de Brasília (UnB), o docente Magno Assis ministra uma oficina, com base no TO, às segundas de manhã, no Núcleo de Dança da UnB. A oficina consiste na socialização de indivíduos com a intenção de buscar soluções para conflitos na universidade, em especial às causas LGBTs, das mulheres, negros e indígenas. Além de falar das opressões, a comunidade se apresentou em importantes eventos, como o último Fórum Social Mundial, denunciando a privatização do ensino público superior com a peça “Mc students program”, que critica a tentativa de fazer do ensino superior público um “fast food”. “Evidenciamos a farsa da privatização das instituições públicas em uma peça cômica, e falamos de um futuro onde não há ensino superior público, pois todas as universidades serão compradas por um monopólio internacional”, conta Assis.

No Rio de Janeiro, no último dia 14 de abril, data que completou um mês da execução da vereadora Marielle Franco e Anderson, durante a Marcha e Tambores por Marielle, a Escola de Teatro Popular (ETP) – do Centro de Teatro do Oprimido junto com Julian Boal -, apresentou na cidade fluminense cenas sobre racismo, femicídio, o avanço do fascismo, violência policial e justiça de classe.

Onde encontrar

Centro de Teatro do Oprimido (CTO)
Avenida Mem de Sá 31, Lapa,
Rio de Janeiro (RJ)
Contato: cursosctorio@gmail.com
(21) 2215-0503.

Universidade de Brasília (UnB)
Núcleo de Dança e Vivência
Campus Darcy Ribeiro, SG10
Segunda, de 9h às 12h.

Conheça as principais técnicas do Teatro do Oprimido

Teatro Jornal

Criado em 1971, no Teatro Arena de São Paulo, no Brasil, a técnica do Teatro Jornal foi amplamente utilizada na época da ditadura empresarial-militar brasileira, para divulgar informações distorcidas pelos jornais da época. Hoje, ainda é usada para tornar explícitas as manipulações utilizadas pelos meios de comunicação.

Teatro Invisível

O Teatro Invisível surgiu como uma resposta à impossibilidade, ditada pelo autoritarismo, de fazer teatro na Argentina. Uma cena da vida cotidiana é encenada em um local público, diante de pessoas que não estejam conscientes de que se trata de uma apresentação artística. Desta forma, os espectadores são participantes reais, reagindo espontaneamente à cena.

Teatro Imagem

No Teatro Imagem a encenação é baseada em linguagens não-verbais. A técnica ajuda os participantes a pensar com imagens, a debater um problema sem o uso da palavra, utilizando apenas os seus próprios corpos e objetos.

Teatro Fórum

O Teatro Fórum consiste em um exercício teatral em dois atos. No primeiro, é apresentado a temática que um grupo propõe abordar, baseado em fatos reais, em que personagens oprimidos e opressores entram em conflito. O oprimido fracassa e, no segundo ato, o público é estimulado, pelo Curinga (o facilitador), a entrar em cena, substituir o protagonista (o oprimido) e buscar alternativas para o problema encenado.

Arco-Íris do Desejo

O Arco-Íris do Desejo trabalha traumas internos por meio de psicodramas. Em suas oficinas pela Europa, Boal conheceu pessoas que se sentiam oprimidas pela solidão ou pelo medo do vazio. A técnica desenvolvida busca através dos meios estéticos revelar as opressões internalizadas que habitam os sujeitos e que castram sua liberdade de ação.

Teatro Legislativo

No Teatro Legislativo, além das intervenções, os espectadores são estimulados a escreverem propostas de leis, que visem à resolução do problema apresentado. As propostas são recolhidas e entregues a uma equipe formada por especialistas no tema encenado, cuja função é analisá-las e sistematizá-las, para que sejam novamente encaminhadas à plateia para discussão e votação.

Maio: mês de luta internacional dos trabalhadores

Primeiro de maio de 1886. Em Chicago, no norte dos Estados Unidos, 340 mil trabalhadores entraram em greve contra as condições desumanas de trabalho e em defesa da jornada de trabalho de oito horas semanais. Uma forte repressão policial matou seis grevistas e deixou feridos outros cinquenta.

Três anos depois, uma reunião da Segunda Internacional, na capital francesa Paris, decidiu homenagear a luta dos trabalhadores estadunidenses, transformando o dia 1 de maio em Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores. Em 1917, os bolcheviques incluíram a data ao calendário oficial de feriados da União Soviética, medida logo seguida por outros países.

No Brasil, os primeiros relatos de mobilizações populares no Dia do Trabalhador remontam ao ano de 1906, no Rio de Janeiro, pouco depois da realização do I Congresso Operário com inspirações anarquistas. As principais reivindicações eram a jornada de oito horas de trabalho (na época, se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos

eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher.

Novo Maio Francês?

O "Maio Francês" marcou a entrada na cena política de novos atores sociais e políticos e, especialmente, refratou as lutas do processo de descolonização na Ásia e na África. Assim, o "Maio" marcou as enormes lutas sociais, estudantis e operárias da França no ano de 1968, que também aconteceram em outros países, em temporalidades diferentes. Os estudantes iniciaram uma série de ocupações de universidades e escolas, que logo serviram de faísca para que os trabalhadores convocassem uma Greve Geral, que fez com que 11 milhões de franceses cruzassem os braços.

Uma das grandes marcas do Maio de 68 na França, as palavras de ordem dos estudantes e trabalhadores foram espalhadas por Paris, por meio de pichações e cartazes. Entre as mais conhecidas estão: "Corram camaradas, o velho mundo está atrás de vocês"; "A política se dá na rua"; "Um homem não é estúpido ou inteligente: ele é livre ou não é"; "É proibido proibir"; "Sejamos realistas, peçamos o impossível".

A luta dos franceses se inseriu em meio

a diversas convulsões sociais pelo mundo. No mesmo ano, os tchecoslovacos se mobilizaram na Primavera de Praga, a juventude e os trabalhadores lutavam para exigir o fim da guerra imperialista no Vietnã - a ofensiva do Tet, um ataque em três fases lançado pelos norte-vietnamitas no início do ano de 1968, iniciava a derrota do governo pró-imperialista do Vietnã do Sul. Em abril daquele ano, um dos mais conhecidos líderes do movimento negro dos Estados Unidos, Martin Luther King, foi assassinado, o que levou milhares às ruas em protesto.

A América Latina também fervilhava. No México, a repressão violenta aos estudantes da *Universidad Nacional Autónoma do México* (Unam), que protestavam contra a intervenção militar da universidade e contra os jogos Olímpicos de 1968 - conhecida como o massacre de Tlatelolco -, deixou centenas de jovens mortos. No ano seguinte, a cidade argentina de Córdoba (a mesma do movimento da reforma universitária de 1918), foi palco do "Cordobazo", um levante insurrecional de operários e estudantes, reprimido com truculência pelas forças do Estado, o que resultou em dezenas de vítimas.





O Brasil, em meio à ditadura empresarial-militar, viveu também um despertar do movimento estudantil nas universidades, por conta da Reforma Universitária e, em seguida, o endurecimento reacionário do regime por meio do Ato Institucional nº 5 (AI5).

Em diversas áreas do mundo, as lutas marcavam o fim de uma época e o surgimento de uma nova situação internacional, marcada pelo fim do sistema colonial, porém ainda não do sistema imperialista, que se travestia de novas formas. Até hoje, os efeitos do "Maio do 68" se projetam nas lutas contra as opressões, pelos direitos sociais e humanos e contra as formas contemporâneas do imperialismo. Assim, cinquenta anos depois, em 2018, os franceses veem semelhanças na situação política do país, e alguns se atrevem a dizer que o país está à beira de outro "Maio".

Desde o início de abril, greves e ocupações estudantis eclodem pela França. Ferrovários enfrentam um projeto de precarização e privatização da Empresa Nacional de Trens (SNCF em francês) com uma greve "perolada", com uma paralisação de 48h a cada cinco dias, em referência ao espaço entre uma pérola e outra em um colar.

Além da greve ferroviária, que paralisa cerca de 75% dos trens do país, os aviários franceses se somaram à mobilização, definindo paralisações para os mesmos dias da greve "perolada". Estudantes também estão em luta, apoiando os trabalhadores e também criticando projeto de Macron que cerceia o acesso à universidade. Macron quer passar ambos os projetos, de ataque à SNCF e às universidades, via decreto

para impedir debates parlamentares sobre os temas.

Avaliação

Olgaíses Maués, 3ª vice-presidente do ANDES-SN e encarregada de Relações Internacionais do Sindicato Nacional, afirma que enquanto o mundo se prepara para realizar o balanço do que significaram esses cinquenta anos desde 1968, os franceses mais uma vez se rebelam contra a exploração.

"A França e o mundo continuam capitalistas, portanto a razão que levou à mobilização em 1968 permanece: a luta pelo fim da exploração. Em 2018, uma nova geração de franceses se rebela com as armas da classe, que são ocupações, greves e manifestações. Isso pode sacudir um pouco a conjuntura internacional", comenta a docente.

"Os franceses têm um presidente empresário, que diz não ser político, mas desenvolve uma política ultra neoliberal e conservadora, atacando conquistas históricas dos trabalhadores da França, como o Estado de Bem Estar Social que chegou a existir naquele país. O histórico de lutas sociais e o papel protagonista da França no capitalismo mundial aumenta a repercussão das lutas de 2018", completa Olgaíses.

O ANDES-SN também se prepara para debater o legado do Maio de 1968. A edição da Revista Universidade e Sociedade, que será lançada no 63º Conad em junho, terá como tema "A Barricada fecha a rua, mas abre o caminho: 50 anos do Maio de 68 e atualidade das lutas sociais". O prazo para envio de artigos já se encerrou.

Aeroviários param na Alemanha

Em 10 de abril, outra importante categoria de trabalhadores da Europa entrou em greve:

os aviários alemães da Lufthansa, maior empresa aérea do país, paralisaram suas atividades por um dia. Em vez de 1.600 voos previstos para ocorrer nos aeroportos de Frankfurt, Munique, Colônia, e Bremen, apenas 800 foram mantidos, de acordo com a Lufthansa. Cerca de 90 mil passageiros foram afetados. Entre os voos cancelados, estão 58 intercontinentais.

O sindicato Verdi (o segundo maior do país e que representa cerca de 2,2 milhões de trabalhadores de vários setores) alega que os salários do setor público sofreram depreciação nos últimos anos e que os aeroportos, em particular, falharam em compartilhar os ganhos financeiros do aumento do número de passageiros com os funcionários.

Em fevereiro, os trabalhadores alemães do ramo da metalurgia da região de Stuttgart, onde se localiza a sede da Mercedes-Benz, já haviam realizado uma greve histórica e conquistado direitos: diminuição da jornada de trabalho para 28h semanais e reajuste salarial de 4,3%. Além de um aumento salarial de 4,3%, que começará a ser pago a partir de abril, os trabalhadores abrangidos pelo acordo irão receber um pagamento único de 100 euros, relativo ao exercício fiscal do primeiro trimestre. É um valor extra e único, que a partir de 2019 se converterá num pagamento único de 400 euros por cada ano, ao qual acrescerá outro pagamento anual extra, correspondente a 27,5% do salário mensal de cada um.

Argentinos também se mobilizam

Os trabalhadores da Argentina também estão em um processo de luta. Depois de gigantescas manifestações em dezembro contra a Reforma da Previdência do presidente Macri (aos moldes da Reforma de Temer no Brasil), agora o foco da luta é derrotar a Reforma Trabalhista, que também segue a cartilha brasileira de retirada de direitos. Se preparando para as mobilizações, Macri já ordenou a compra de 15 milhões de balas de borracha para a polícia, e anunciou a intenção de aproveitar os jogos da Copa do Mundo de Futebol para levar a proposta à votação no Congresso.

Outra luta importante no país vizinho é pelo aborto legal, seguro e gratuito. Após enormes manifestações de mulheres, um projeto de lei sobre o tema passou a ser apreciado pelo Congresso argentino em 10 de abril. A pressão do movimento de mulheres pode fazer com que o projeto seja aprovado com votos de deputados da base do governo de Macri.

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN

BIÊNIO 2018-2020

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

VOTAÇÃO

9 E 10 DE MAIO

PARTICIPE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO!